

Boletim Eletrônico da Executiva Nacional da CUT

>>

>> Boletim Eletrônico da Executiva Nacional da CUT

>> Nº 89

>>

>> Secretaria Nacional de Comunicação

>> 27 de fevereiro/ 2002

>>

>>

>>

>>-----

>>

>>

>> Greve Nacional para defender direitos

>>

>> A mobilização começou no ano passado

>>

>> A quem interessa flexibilizar a legislação trabalhista

>>

>> FHC torra R\$ 2,5 milhões e não consegue convencer

>>

>> Projeto de Lei é imposição do FMI

>>

>> Quem concorda em retirar direitos

>>

>> Calendário da greve. Anote em sua agenda

>>

>> Sindicatos se desfiliam da FS devido a mudanças na CLT

>>

>> CUT vai processar União por improbidade administrativa

>>

>> Veja quais são os direitos trabalhistas ameaçados

>>

>>

>>-----

>>

>>

>>

>> Greve nacional para defender direitos

>>

>> A CUT decidiu organizar e deflagrar greve nacional, no próximo dia 21 de março, em
>defesa dos direitos dos trabalhadores. O Projeto de Lei nº 5.483/01 que
>flexibiliza o artigo 618 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), se
>aprovado no Senado, poderá colocar em risco o direito do trabalhador em
>tirar férias de 30 dias, as mulheres podem ter reduzidas sua licença
>maternidade de quatro meses para alguns dias, a licença paternidade poderá
>ser extinta, o 13º salário poderá ser pago em até doze vezes.

>>

>> Segundo o projeto, o que for acordado na mesa de negociações entre empregados e
>empregadores valerá sobre o que diz a Lei. O artigo 618 da CLT, no caso,
>regula a aplicação dos direitos trabalhistas na Constituição. Desobrigados a
>seguirem qualquer lei que proteja os trabalhadores, os patrões poderão a
>qualquer tempo, colocar em xeque os direitos trabalhistas em troca do
>emprego. Caberá ao Sindicato aceitar a chantagem ou mobilizar os
>trabalhadores.

>> A CUT prefere denunciar os termos do acordo e mobilizar os trabalhadores para que
>pressionem o Senado a não aprovar o tal Projeto.

>>

>> Início

>>

>>

>> A mobilização começou no ano passado

>>

>>

>> Durante todo o segundo semestre de 2001, a CUT, parte do movimento sindical brasileiro e
>inúmeras entidades democráticas da sociedade civil discutiram e tentaram
>brecar o andamento do tal Projeto de Lei na Câmara Federal. Por três vezes
>consecutivas a ação de sindicalistas, parlamentares que fazem oposição ao
>regime neoliberal de FHC, líderes comunitários e religiosos contrários à
>flexibilização, juristas e advogados conseguiram evitar a votação na Câmara.
>De tão polêmico, a própria base governista não conseguia unificar o
>discurso, encontrar argumentos convincentes e reunir votos suficientes para
>derrotar a oposição. A presidência da Câmara usou de todos os métodos para
>intimidar a ação dos sindicalistas. Chegou até a proibir o presidente
>nacional da CUT, João Felicio, de entrar no Congresso Nacional.

>>

>> Por tudo isso, foi duro para o governo conseguir consenso para votar o Projeto. Só na
>quarta tentativa, dia 4 de dezembro, reuniu votos suficientes; 264 votos a
>favor, 213 contra e 2 abstenções.

>>

>> A votação, agora, seguirá para o Senado e recebeu o nº PLC 134/1. Novamente, a CUT,
>lideranças sindicais, partidárias e da sociedade civil mobilizam-se para
>evitar que a catástrofe se consolide.

>>

>> Início

>>

>>

>> A quem interessa flexibilizar a legislação trabalhista

>>

>>

>> O movimento sindical saudável desse país (inclusive alguns segmentos da base da Força
>Sindical, que apóia o Projeto), partidos políticos (inclusive integrantes da
>base aliada do governo), magistrados, juízes, advogados, procuradores,
>líderes religiosos e de outras entidades democráticas da sociedade civil
>manifestaram-se contrariamente a adoção do Projeto 5.483/01 de autoria do
>Ministro do Trabalho, Francisco Dornelles.

>>

>> Em documentos e declarações à imprensa, esses líderes afirmavam (e ainda afirmam) que
as
>mudanças nas leis trabalhistas não modernizam a CLT, não dão fôlego algum
>aos pequenos e médios empresários, não diminuirão, em hipótese alguma, o
>chamado Custo Brasil.

>>

>> Início

>>

>>

>> Campanha oficial tenta explicar mudanças na CLT

>>

>>

>> Ministério torrou 2,5 milhões do erário público nos jornais, rádios e TVs. E não

>consegue convencer.

>>

>> O governo federal iniciou uma campanha publicitária em todo o país para tentar convencer
>os trabalhadores de que o Projeto de Lei que flexibiliza os direitos
>trabalhistas é bom para o país, fortalece os sindicatos e não retira
>direitos dos trabalhadores.

>>

>> De acordo com informações de agências publicitárias (o Ministério do Trabalho, que
>recusou-se a divulgar o quanto gastou) o governo deve ter desembolsado cerca
>de R\$ 2,5 milhões para publicar na terça-feira, dia 18, anúncios em 54
>jornais em todo o país, divulgar filmes nos canais de televisão abertos,
>duas à cabo, em 26 emissoras regionais e em 7 cadeias nacionais de rádio. Os
>presidentes das centrais sindicais Força Sindical, Paulo Pereira da Silva
>(Paulinho) e da SDS - Social Democracia Sindical - Enilson Simões (Alemão)
>foram convidados a participar da propaganda. Nem o Ministério do Trabalho,
>nem a agência Artplan, autora da propaganda, revelaram se os dois
>protagonistas receberam cachê.

>>

>> O presidente nacional da CUT, João Felicio, deplorou a submissão da FS e da SDS ao
>governo e aos patrões ao emprestarem suas imagens à propaganda do governo
>federal. Todo mundo sabe que o Projeto de Lei só beneficia os empresários e
>o trabalhador fica "vendido", sem nada que o proteja.

>>

>> A Força Sindical é, sabidamente, uma central sindical formada com recursos dos
>empresários e monitorada pelo governo. Por outro lado, a SDS só foi criada
>porque houve, tempos atrás, problemas pessoais entre os presidentes das duas
>entidades, mas que pouco diferem politicamente.

>>

>> Início

>>

>>

>> Projeto de Lei é imposição do FMI

>>

>>

>> A aprovação do PL 5.483/01 (agora 134/01) a qualquer preço, se deve às ordens do FMI
que
>vê na quebra dos direitos dos trabalhadores uma forma do governo arrecadar
recursos para continuar pagando os juros da dívida externa.

>> O único argumento da base governista para defender a aprovação do Projeto é que os
>custos da produção são muito altos. No entanto, qualquer criança sabe que
>nenhuma pequena ou média empresa suporta os juros e os impostos cobrados
>pelo governo. Além disso, o governo já empregou inúmeros mecanismos de
>flexibilização do trabalho e não encontrou resultado algum. Ao contrário, se
>tivesse eficiência, não teríamos índices altíssimo de desemprego e o
>crescimento econômico do Brasil não seria ridículo, como o pífio 0,38%, em
>2001, divulgados em meados de dezembro, pelos jornais. Na Argentina, os
>trabalhadores não têm mais nenhum direito garantido e o país está quebrado.

>>

>> Início

>>

>>

>> Quem concorda em retirar direitos

>>

>>

>> Seguindo as ordens do FMI e defendendo a flexibilização da legislação trabalhista estão os principais partidos: o PSDB (partido de Fernando Henrique Cardoso e seu candidato à presidência, ministro José Serra), o PFL (partido da governadora do Maranhão e também candidata à presidência Roseana Sarney), o PPB (partido de Paulo Maluf) integrantes do PTB (partido de Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da Força Sindical).

>>

>> Início

>>

>>-----
>> CALENDÁRIO DA GREVE - Anote em sua agenda
>>

>>

>> MARÇO

>> Dia 5 - Reunião da Executiva Nacional da CUT para balanço das mobilizações realizadas.

>> Dia 8 - Realização de diversas manifestações em todo o Brasil pelo Dia Internacional das Mulheres.

>> Dia 11 - Ato público em Fortaleza, CE, durante a realização da reunião do Banco Mundial que contará com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso.

>> Dia 21 - Data indicativa da CUT para a realização da GREVE NACIONAL.

>>

>> Início

>>

>>-----
>> NOTINHAS

>>

>> Tô Fora!

>>

>> Pelo menos 18 sindicatos filiados à Federação dos Gráficos do Estado de São Paulo pediram desfiliação da Força Sindical, dia 25 de fevereiro, por não concordarem com o Projeto de Lei que retira direitos dos trabalhadores. A cúpula da central é favorável ao projeto.

>>

>> Eu também tô fora!

>>

>> O Sindicato dos Trabalhadores dos Hotéis do Estado de São Paulo, filiado à Força Sindical, desde o início das negociações entre a CUT, a CGT, a CAT e grande parte das confederações oficiais está junto na luta contra o Projeto de Lei do Dornelles/Paulinho

>>

>> Mudança de hábito

>>

>> Ao perceber que o secretário geral da Força Sindical, conhecido por Juruna, permaneceria numa reunião entre as centrais sindicais para discutir, pela primeira vez, a mobilização conjunta contra o Projeto de Lei, o presidente da SDS, Enilson Simões, retirou-se indignado da reunião pela "cara de pau" do dirigente forcista. Hoje, Enilson, Paulinho e Juruna, de mãos dadas, defendem o Projeto. O que houve?

>>

>> Início

>>

>>-----

>>
>> CUT quer processar União por improbidade administrativa
>>
>> A CUT entra hoje (27/02), com representação no ministério público, em Brasília, por
>improbidade administrativa contra a União, o Ministério do Trabalho e os
>beneficiários da publicidade em defesa das alterações na Consolidação das
>Leis do Trabalho (CLT).
>>
>> Associações representativas de juízes e advogados trabalhistas também estão recorrendo
à
>justiça com pedido de liminar para sustar a campanha publicitária do governo
>federal. Eles consideram a campanha agressiva, milionária e sem encontra
>precedentes na história. "Nunca se gastou tanto para aprovar um projeto de
>lei no Congresso Nacional", disse Hugo Melo Filho (na foto ao lado do João
>Felício) - presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do
Trabalho - Anamatra.
>>
>> Início
>>
>>-----
>>
>>
>>
>> Veja quais são os direitos trabalhista em perigo se o projeto for aprovado
>>
>>
>>
>> 1. Indenização compensatória quando da dispensa sem justa causa.
>> 2. Seguro-desemprego
>> 3. FGTS
>> 4. Salário Mínimo
>> 5. Piso salarial
>> 6. Irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo
>> 7. 13º salário
>> 8. Redução dos salários
>> 9. Pagamento em dobro das horas extras
>> 10. Remuneração do trabalho noturno superior ao diurno
>> 11. Participação nos Lucros e Resultados
>> 12. Salário família
>> 13. Jornada de 8 horas diárias
>> 14. Repouso semanal remunerado
>> 15. Férias remuneradas, com mais um terço do salário
>> 16. Licença à gestante de 120 dias
>> 17. Licença paternidade
>> 18. Aviso prévio
>> 19. Adicional de periculosidade e insalubridade
>> 20. Aposentadoria
>> 21. Creches e pré-escolas
>> 22. Seguro contra acidentes de trabalho
>> 23. Proibição de diferenças salariais por motivos de sexo, idade, cor, estado civil ou
>deficiência física
>> 24. Proibição de trabalhos noturnos perigosos e insalubres a menores de 18 anos.
>>
>>
>>
>> Início
>>

>>-----
>>
>>
>>
>>
>>
>> Escreva para o Informacut clicando aqui
>> Clique aqui para receber ou indicar alguém para receber o Informacut
>> Caso você não queira mais receber este boletim, clique aqui
>>
>>
>>
>>
>>
>>
>> Conheça a Agência CUT de Notícias Visite a página da Central Única dos Trabalhadores
>>
>>
>>
>>
>>
>> SECRETÁRIA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
>>
>> SANDRA CABRAL
>>
>> Equipe:
>> Cid Marcondes - Marco Godoy - Láldert Castello Branco - Sergio dos Santos
>>
>>
>>
>>
>>
>>-----
>> Segundo o Decreto S. 1618, Seção 301, Parágrafo a,2,c, Título III, aprovado no 105º Congresso Base das Normativas Internacionais sobre SPAM : Um e-mail não poderá ser considerado SPAM quando inclua uma forma de ser removida